

**“Germes da grandeza”: natureza e riqueza na Amazônia por Antônio Baena –
século XIX.**

Michelle R. M.de Barros

Mestranda em História Social da Amazônia

Em 1830, na província paraense, o militar português Antônio Ladislau Monteiro Baena foi instituído como secretário de uma Comissão que organizaria a estatística da província paraense. A partir da obra elaborada como resultado desta comissão, controe sua visão sobre a natureza e o homem inserido nela, estabelecendo uma descrição geográfica e política, entremeada pela ciência de sua época¹. No Prólogo do seu *Ensaio Corográfico sobre a Província Paraense*, procura expor o desejo “de erguer ao menos a ponta do véu, que encobre uma Província tão vasta e importante pelos germes da grandeza”.²

Erguer o véu era, portanto, um de seus objetivos, visando a potencialidade da localidade, infectada pelos germes que trariam a grandeza para aqueles que soubessem dela se beneficiar. Nesse propósito, também se examina as inquietações do autor quanto ao tratamento dado à natureza por certos segmentos sociais.

Antônio Ladislau Monteiro Baena, nascido em 1782, em Lisboa, vêm ao Pará aos vinte anos como 2º Tenente do Corpo de Artilharia de Linha, acompanhando D. Marcos de Noronha e Brito, conde dos Arcos. Atuou como professor de aula militar e chegou a ser acusado de inimigo do sistema político em voga, acarretando a destituição do cargo militar. Readmitido somente em 1825.

Em 1822, Baena lembra a Junta Governativa à elaboração de um cadastro da província do Pará, o qual havia iniciado e tinha bons resultados. Durante sua prisão no quartel das Mercês, devido ao motim que ocorrera em Cameté (vila da comarca do Pará) em 25 de dezembro de 1825 e no qual ele fora acusado de não ter contido a revolta, apontou a necessidade de formalizar este cadastro que envolveria princípios estatísticos. Somente em 06 de julho de 1832, foi nomeado secretário da comissão que organizaria a estatística da

província, utilizando para isto seus apontamentos anteriores (1822-1823). Trabalho este que fora concluído em 1833, sendo publicado somente em 1839.³

No então trabalho *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, Baena procura fazer uma descrição minuciosa da província do Pará⁴, ressaltando seus aspectos naturais e dados estatísticos sobre as comarcas. O objetivo, com esse esboço da província, era o de servir de “fundamento à organização de um Cadastro completo do Império do Brasil”.

Acerca do projeto de definição da nação brasileira no início do Império, Manoel Luís Salgado Guimarães⁵, faz uma interessante discussão, analisando o debate em torno da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A própria disciplinarização da História, no início do século XIX, travava-se em torno do tema da nacionalização. A preocupação veemente ao pensar o Brasil estava atrelada ao desvendamento de sua origem, de sua formação. Definir a nação brasileira tornou-se predominante na produção historiográfica, onde o IHGB, criado em 1838, desenvolveu um papel sistematizador nas reflexões durante o Império. É, portanto, objetivo de Antônio Baena fornecer ao Império brasileiro mais descrições da província paraense. A partir de então, nos sugere sua visão acerca da natureza e do homem, objetivo deste presente trabalho.

“Considerável e precioso território, que hoje forma a Província do Pará”, assim inicia Baena o seu *Ensaio*. O território lhe era considerável, lhe era precioso. Era uma “região imensa, amena e fértil, que a natureza acobertou de viçosos vegetais munidos de raras virtudes, e de selvas majestosas, povoados de excelsas árvores, todas próprias do serviço náutico e civil; e que talhou de máximos lagos, de altas serras, de espinhaços de montes, e de vastas veigas(...)”.⁶

É uma terra beneficiada pelas liberalidades que a “mão do Supremo regulador derramou por entre as selvas, pelos vales, campinas, cavernas, grutas, outeiros, montes, serras, rios e lagos”. Essa descrição de Baena nos indica a variedade desta natureza, onde a riqueza residia na sua diversidade.

O valor da natureza, na obra de Baena, está associado aos recursos que se extrairiam dela a partir do momento que se “esquadrinhasse” com cuidado o uso de cada produto natural pesquisado. Seria importante ter uma idéia dessa natureza e da utilização que se poderia fazer de sua variedade. Era, portanto, uma riqueza - a natureza - produzindo cada vez mais riquezas e sendo útil à medicina e às artes. Segundo Keith Thomas, o teor prático e utilitário impulsionou inicialmente o estudo sobre a história natural, onde a botânica “nasceu como uma tentativa de identificar os ‘usos e virtudes’ das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e manufatura”.⁷

Na narrativa dos produtos naturais, como na parte botânica, Baena nos fornece a descrição de cada espécie, associada a possível utilização que se faria desta. Tem sempre algo *servindo* para um determinado fim, como:

Sapupira: árvore, cuja madeira tem uso na construção de casas.

Salsarana: cipó veludoso, cuja raiz é aromática.

Solidonia: planta, cuja folha é remédio.

As árvores, para Baena, eram consideradas a “aristocracia da vegetação”. Portanto, ocupando as árvores o topo de toda a vegetação amazônica, as queimadas eram condenadas. O posicionamento contrário do homem em relação à derrubada de árvores é historicamente analisado como tendo sua origem no início do período moderno.⁸ A preocupação, contudo, era de ordem prática – utilização de madeiras para construção, para uso doméstico e combustível.

As queimadas ainda eram o principal método utilizado pelos agricultores paraenses para preparação do terreno para o plantio. Segundo Baena, qualquer homem benéfico entristecer-se-ia diante de quadro tão comovente. Essa comoção não estava atrelada ao lado sentimental de apreciação da natureza ou como uma crítica ambiental feita pelo autor. O tipo de destruição, causada pelas queimadas, impediria, a seu ver, o aproveitamento de todo o potencial da natureza, “cujo valor e preciosidade podem vir a formar nesta província o mais rico e opulento dos países conhecido”.⁹

Aprofundando o debate sobre a crítica ambiental no início do século XIX, deparamo-nos com o trabalho de José Augusto Pádua¹⁰, o qual analisa alguns pensadores engajados na elaboração de críticas sistemáticas quanto à destruição ambiental. Nos discursos analisados pelo referido autor, a destruição não era vista como o preço do progresso, mas sim como o preço do atraso colonial. As motivações que encetavam os discursos eram políticas e não, meramente pelo valor intrínseco da natureza, sendo as fontes teóricas a doutrina fisiocrata e a filosofia naturalista de Lineu e Buffon.

Os passeios ao ar livre por entre as árvores - traço marcante da sociedade londrina a partir da Restauração¹¹ - estariam sendo comprometidos na visão de Baena. Na Província paraense, ele lastimava o severo quadro – diferente do quadro europeu – que a derrubada das matas, os restos de incêndio, os paus abrasados, legavam àquele “que se acolhe ao seio da natureza, e busca o campo para objeto do recreio mais suave”.¹²

O quadro natural, visto por Baena no início do século XIX, era tão vivo, atraente e preocupante que sua narrativa, ousado opinar, em certos momentos, clama ser ouvida o mais rápido possível. Digo isto, referindo-me ao trabalho do lavrador paraense que estaria sujeito a grandes infortúnios e temível desgraça caso não atentasse para outros métodos de cultivo e tratamento da terra.

O lavrador paraense deveria desvencilhar-se desse “pernicioso método”, que era utilizado pelos indígenas desde os primórdios da colonização, e procurar desvendar sua terra, para melhor cultivá-la e extrair maiores riquezas. Nas inflexões de Baena, o lavrador não aproveitava todo o potencial da rica terra, visto não se aplicar diligentemente em seu cultivo.

Um maior aproveitamento se faria a partir do momento em que eles, os lavradores, se aplicassem em “ligar a indústria humana com a natureza para argumentar e melhorar as plantas, adaptando os novos métodos, que a civilização vai introduzindo em outros países: métodos, que não podem deixar de produzir exuberantes vantagens em terras como as do

Pará refrigeradas e umedecidas por infindos rios”.¹³ O tipo de técnica, empregada na província, vista como atrasada, estaria atrelada a falta de conhecimentos científicos.

Quando Baena reclama a falta de dados sobre a população e dados exatos sobre a meteorologia, nos permite entrever o que era a ausência desses conhecimentos científicos:

*Porém o estado presente da massa dos conhecimentos científicos do Pará não habilita a prática destes e outros semelhantes trabalhos: é um Estado nascente aonde o horizonte das ciências se apresenta curto e ofuscado: ainda por ora não ilumina a Província um raio das luzes, com que as ciências e as boas letras já resplandecem no Norte do Continente da América em virtude de navegações maisfortunosas que as primitivas efetuadas pelos Europeus.*¹⁴

Nesse sentido, Antônio Baena recorre a noções do pensamento Ilustrado para interpretar, ao seu modo, o mundo em que vivia e procura descrever, explicar e, até certo ponto, modificar, no caso específico com a inserção de novas técnicas de cultivo. Para ele, ainda faltava à província o “raio das luzes”, que já despontava em outras regiões e que traria grandes benefícios.

O Iluminismo, apesar de receber denominações diferenciadas de acordo com cada país, contemplava o desenvolvimento racional em oposição à superstição, que no entender de seus filósofos, estava vinculada a tudo o que era anterior ao movimento das idéias filosóficas ilustradas.

Na análise de Benedito Nunes e Aldrin Moura de Figueiredo sobre o Iluminismo paraense, podemos observar com precisão o que significava esse movimento de “aclareamento pelo saber”¹⁵, quando postulam que “o pensamento claro, que tem no conhecer a sua luz; é fulgurante: esclarece, desfazendo as sombras da ignorância; e a iluminação das idéias, propagando o saber, de acesso comum, liberta os indivíduos”.¹⁶

O conhecimento, adquirido acerca dos “incógnitos portentos da natureza”, que vinham sendo realizado por naturalistas, tais como Alexandre Rodrigues Ferreira, traria grandes benefícios se estivesse conjugando esses três itens: nome, virtude e propriedades. O teor

utilitário que se pode atrelar aos produtos naturais, assunto anteriormente abordado neste texto, destaca-se na crítica de Baena ao naturalista. Sua preocupação inclui também a patente dos produtos naturais.

Conhecedor da viagem de naturalistas estrangeiros pela região, utilizando em seu texto breves considerações do naturalista alemão Alexander von Humboldt, Baena adverte, “que não esperemos que venham estrangeiros com escalpelos nas mãos e o microscópio patentear-se nossos produtos naturais, que nos dá o nosso solo, e que devemos aproveitar, pois o seu valor e preciosidade podem vir a formar nesta província o mais rico e opulento dos países conhecidos”¹⁷. Era tarefa dos paraenses desvendarem sua terra, para melhor cultivá-la, sendo esse povo agricultor e comerciante ao mesmo tempo. Portanto, não deveriam deixar tal empresa para estrangeiros e sim, aplicarem-se no conhecimento da província.

A riqueza, que traria o destaque da província paraense no cenário brasileiro, estava atrelada ao fato de possuir e de utilizar, com outros métodos, os produtos naturais. E, quanto a eles, Baena, parece estar bastante atento, analisando o que fora descrito anteriormente através de expedições de naturalistas e promovendo com sua obra- *Ensaio Corográfico* – mais descrições da natureza e de suas virtudes.

¹ O estudo acerca do que era esta “ciência”, no início do século XIX para Antônio L. M. Baena, está se desenvolvendo como objeto desta pesquisa.

² Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 14.

³ Esta breve biografia apresentada foi realizada por Arthur Viana. Ver: Antônio Ladislau Monteiro Baena. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

⁴ A província do Pará correspondia as comarcas do Grão Pará, que incluía a cidade de Belém, do Alto Amazonas e do Baixo Amazonas.

⁵ Manoel Luís Salgado Guimarães. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, 1988, pp. 5-27.

⁶ Baena, *Op. Cit.*, p. 18.

⁷ Keith Thomas. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁸ *Idem*, p. 33.

⁹ Baena, *Op. Cit.*

¹⁰ Ver: José Augusto Pádua. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

¹¹ Ver: Keith Thomas, *Op. Cit.*

¹² Baena, *Op. Cit.*, p. 72.

¹³ *Idem*, p.71.

¹⁴ *Idem*, p. 15.

¹⁵ Benedito Nunes e Aldrin Moura Figueiredo. “Luzes e Sombras do Iluminismo Paraense”. In: José Maia Bezerra Neto, Décio de Alencar Guzmán (org). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p.19.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Baena, *Op. Cit*, p. 39.